

Homens de fé, agentes da conquista: o estabelecimento do clero regular e secular na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação - século XVII

Elenize Trindade Pereira

Mestranda em história, UFRN

Orientadora: Carmen Margarida Oliveira Alveal, UFRN

elenizetp@gmail.com

Introdução

A análise sobre o estabelecimento do clero regular e secular na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação na capitania do Rio Grande está inserida em uma investigação mais ampla sobre o processo de conquista e construção do espaço colonial da capitania até o momento da ocupação holandesa em 1633. A tentativa é de explicar o significado da conquista do Rio Grande para o império português no contexto do período filipino (1580-1640) e as dinâmicas imperiais que moldaram a construção desse espaço até a chegada dos holandeses, sendo, portanto, um estudo sobre o primeiro momento em que a capitania foi integrada a ordem colonial em formação¹.

A expansão e manutenção da fé católica nos novos espaços estavam à cargo dos religiosos que assumiam o compromisso de atuar em prol dos objetivos da Igreja e dos monarcas católicos sob a égide do padroado régio². Na prática, a Coroa adquiria o direito de arrecadar e distribuir o dízimo bem como indicar os nomes que ocupariam os cargos eclesiásticos³. A união entre a dimensão temporal e a dimensão espiritual atentava então para os interesses do projeto de colonização em voga no império ultramarino português.

Nesse sentido, os religiosos são tidos como agentes da conquista da capitania devido ao papel que desempenharam no avanço da expedição conquistadora que chegou ao Rio Grande em 1597, por terem atuado diretamente como intermediários do acordo de paz entre

¹ Pesquisa atualmente em desenvolvimento no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

² O padroado régio lusitano tem suas origens na tradição medieval de concessão de direitos religiosos aos senhores leigos. Nas colônias os reis eram os responsáveis pela administração dos assuntos religiosos. BOXER, Charles. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 242.

³ HOORNAERT, E. "A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial". In: HOORNAERT, E. et al. (orgs.). *História da Igreja no Brasil – Tomo II/1*. Petrópolis: Vozes; Paulinas, 1983, p. 39. *apud* LIMA, Lana Lage da Gama. O padroado e a sustentação do clero no Brasil colonial. *Saeculum - REVISTA DE HISTÓRIA* [30] João Pessoa, jan./jun. 2014. p. 47.

indígenas e colonizadores e por terem lançado as bases da organização religiosa desenvolvida na capitania durante o século XVII. Mas, para este estudo pretende-se analisar as bases de estabelecimento desta organização até a ocupação holandesa, pois partir desta ocupação a atuação dos religiosos da capitania foi interrompida em 1633 e retomada somente em 1656 com a chegada de um novo padre vigário. Este teria erguido por sua conta a igreja matriz que havia sido destruída pelos holandeses⁴. Os jesuítas foram expulsos da capitania e retornaram as suas atividades após a reconquista⁵

No âmbito das fontes, serão analisadas as cartas dos primeiros jesuítas que chegaram á capitania compiladas por Serafim Leite na obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*, pois contém descrições das atividades dos religiosos, da relação com os indígenas, da relação com o padre vigário e os desafios encontrados no novo espaço. Também serão analisados o cabedal constituído por estes religiosos por meio das sesmarias no intuito de pensar a participação desses agentes da conquista no processo de ocupação das terras da capitania a partir das informações presentes no Auto de Repartição das Terras do Rio Grande de 1614⁶.

A conquista

O processo de conquista da capitania do Rio Grande no final do século XVI estava inserido em um contexto de expansão territorial impulsionado pela constante ameaça estrangeira, principalmente francesa, na costa litorânea da América portuguesa. O expressivo avanço territorial neste período evidencia a política de dominação dos territórios empregada no período filipino e que marcou definitivamente uma nova estrutura burocrática e administrativa nas colônias do império português⁷. Neste processo de expansão das fronteiras coloniais, principalmente para o norte, outros eventos históricos ocorreram como a conquista

⁴ O padre em questão era Leonardo Tavares de Melo. O mesmo recebeu uma sesmaria em 1660 informando no documento da concessão que era o padre vigário da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação há quatro anos. Esta informação consta no Livro Segundo do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal, 1663-1690, fl.5 e 24. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Terra Natalense*. Natal: Fundação José Augusto, 1991. p. 34 e 35.

⁵ PORTO, Maria Emília M. *Jesuítas na Capitania do Rio Grande, séculos XVI e XVIII*: Arcaicos e Modernos. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2000. p. 91.

⁶ TRASLADO do Auto de Repartição de Terras do Rio Grande. *Revista do IHGRN*, v.7, n. 1 e 2, p. 5-131, 1909.

⁷ Com a inclusão de novos territórios às capitanias e o alargamento da autoridade real sobre os territórios se criou novas circunscrições administrativa, extensão da burocracia militar e civil, fundação de um tribunal na Bahia são alguns dos exemplos dessas mudanças. MARQUES, Guida. O Estado do Brasil na União Ibérica. In: *Penélope. Fazer e desfazer história*. Nº. 27, 2002, p. 7.

da capitania da Paraíba em 1585 e posteriormente a alocação das primeiras praças de guerra nas margens do rio Ceará a partir de 1590⁸.

A ocupação do território da colônia ocorreu a partir da divisão em capitanias hereditárias: imensas extensões de terra doadas a particulares que deveriam povoar, proteger e administrar o território. A capitania do Rio Grande foi doada a João de Barros, feitor das Casas de Mina e da Índia, em 1535. O donatário e seus filhos tentaram por duas vezes ocupar a capitania, mas não lograram êxito devido a reação dos indígenas que habitavam a terra⁹. Os índios Potiguara do tronco linguístico Tupi-Guarani, dominavam a faixa litorânea da capitania e eram aliados dos franceses que exploravam plantações de pau-brasil na região. Diante da ameaça estrangeira, o rei retomou a possessão do Rio Grande, indenizou a família de João Barros e emitiu ordens aos capitães mor de Pernambuco e Paraíba, Manuel Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho, para que organizassem uma expedição armada, marítima e terrestre, para a conquista do Rio Grande.

Os relatos sobre a expulsão dos franceses e controle dos potiguaras comumente retomam a clássica representação de Frei Vicente do Salvador¹⁰. A narração cita a presença dos padres jesuítas Francisco de Lemos, Gaspar de Samperes e do intérprete franciscano Bernardino das Neves, e faz referência aos trabalhos destes religiosos no processo de paz entre indígenas e colonizadores, atestando a presença de duas ordens regulares logo no início da colonização, embora as fontes encontradas tragam mais elementos sobre a atuação dos jesuítas na capitania.

Sobre essa questão é preciso pensar no aspecto mais amplo, pois a Companhia de Jesus foi criada para ser a realizadora do projeto missionário e catequético no contexto da Contra Reforma. O plano missionário da Companhia foi o que mais se expandiu na América portuguesa. A ação da Companhia era voltada para o mundo e para isso seus membros precisavam obedecer fielmente os *Exercícios Espirituais*

Escritos por Santo Inácio de Loyola, em Manresa, os *Exercícios Espirituais* são um pequeno livro, donde deriva toda a espiritualidade própria da Companhia de Jesus. Assenta em dois princípios: um, como fundamento, na razão esclarecida pela fé, a criação do homem e o fim para que foi criado; outro fundado na fé – a Encarnação do filho de Deus, cuja imitação deve ser a maior ambição humana.¹¹

8 BATISTA, Adriel Fontenele. *O sumário das armadas: guerras, missões e estratégias discursivas na conquista do rio Paraíba*. Natal: EDUFRN, 2013.

9 CASCUDO, Câmara. *História da Cidade do Natal*.3; ed. Natal, RN: IHGRN, 1999. (Natal 400 anos, v. 1).

10 SALVADOR, frei V. do (1982), *História do Brasil, 1500-1627*, SP, Melhoramentos, especialmente IV, 31.

11 LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, (daqui para frente HCJB). Tomo I, Livro V. cap. V. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 7.

No intuito de buscar a santificação pessoal tendo como modelo a conduta de Jesus, os jesuítas se empenharam nas atividades apostólicas de conversão e estas eram percebidas como um caminho para a salvação da alma por meio da prática da caridade. No cerne desta prática está o caráter universalista da missão proposta pela Companhia, expandir a fé católica pelos diferentes lugares do mundo obedecendo diretamente à autoridade papal¹². A comunicação entre os padres e seus superiores seguiam uma organização específica compondo a escrita no qual a identidade missionária e a legitimação do projeto catequético estavam presentes¹³.

Na carta do Provincial Pero Rodrigues ao padre General Claudio Aquaviva (1581-1615), de dezembro de 1599¹⁴, há uma descrição da guerra de conquista da capitania do Rio Grande com base nos relatos dos dois jesuítas que fizeram parte da expedição, os mesmos mencionados por Frei Vicente do Salvador. O Padre General vivia em Roma distante das colônias, mas ciente do que se passava nas missões da América portuguesa pelo próprio caráter das missivas com narrações detalhadas sobre as colônias, os desafios encontrados e os avanços conquistados no projeto catequético.

Pero Rodrigues era a autoridade jesuíta que naquele momento respondia ao superior em Roma sobre a situação das capitanias, residia no Colégio da Bahia. No caso em estudo, as informações são fornecidas pelo Superior Padre Francisco de Lemos e seu companheiro Gaspar de Samperes porque estavam no “chão” da guerra. Consta na missiva que estes religiosos trabalharam de dia e de noite pregando e administrando os sacramentos, pois não havia outros clérigos que o fizessem. Além de ter consolado os envolvidos no conflito na hora morte, cuidaram dos enfermos e tentaram aproximação com os índios oferecendo acordos de paz e desestimulando o consumo e carne de humana.

Segundo o padre Pero Rodrigues, Francisco de Lemos subia constantemente pelo rio Potengi para encontrar os índios hostis na tentativa de trazê-los para dialogar com o capitão mor. Gaspar de Samperes era conhecedor de ofícios especializados como engenharia militar, foi designado pelo capitão da expedição e capitão mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem, a desenhar o traçado do forte que foi construído em 1597 e ficou pronto em 6 de

¹² O quarto voto dos professos é de obediência ao papa. Os jesuítas estavam constantemente em comunicação direta com seus superiores em Roma. *Ibidem*, p. 5.

¹³ Castelnau-l'Estoile denomina esta escrita como “escrita da missão”. CASTELNAL-L' ESTOILE, Charlotte. *Les ouvriers d'une vigne stérile. Les jésuites et la conversion des Indiens au Brésil, 1580-1620*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, p. 399. apud POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 20003. p. 82.

¹⁴ “Carta do Provincial Pero Rodrigues ao Padre General Aquaviva. Bahia, 15 de dezembro de 1599.” In: *HCJB*, I, V. 183-185.

janeiro de 1598, no dia de Reis, sendo por isso chamado de Fortaleza dos Reis Magos¹⁵. Este foi primeiro marco oficial do estabelecimento dos colonos na capitania. O poder local era exercido pelo de capitão-mor, provisoriamente assumido por Mascarenhas Homem que também era capitão-mor de Pernambuco. No entanto em 1600, João Rodrigues Collaço exerceu a função de capitão-mor do Rio Grande atendendo à ordem do Governador-Geral Dom Francisco de Souza, até 1603¹⁶. Jerônimo de Albuquerque pleiteou ao rei o cargo de capitão-mor, conseguindo em 1603 a nomeação¹⁷.

Na fortaleza, foi instalado o modelo de defesa característico da organização militar portuguesa na colônia para defender o litoral das constantes investidas dos franceses ou qualquer estrangeiro. Sobre os franceses, na carta de Pero Rodrigues percebe-se a preocupação que havia na época em torno da aliança que estes firmaram com os Potiguaras por meio do sistema de escambo. Aliança esta que remonta a época das primeiras investidas dos donatários para conquistar a capitania em 1535¹⁸. Os franceses exploravam plenamente a costa da capitania retirando o pau Brasil em troca de mercadorias vindas da França. De acordo com Pero Rodrigues essa aliança resultava em dois grandes males: os Potiguaras liberem toda a costa da capitania para transformando-a em um porto de corsários e a possibilidade de os franceses servirem como soldados ao lado dos Potiguaras impedindo o avanço das forças coloniais portuguesas.

Nesse ínterim, é importante pensar o lugar que o Rio Grande ocupava na dinâmica da colonização para a Coroa habsburga. A ligação entre a costa leste do Estado do Brasil e a região Amazônica passou a fazer parte dos planos expansionistas de Filipe II (1556-1598), o então domínio comercial dos franceses na costa não foi mais tolerado e a resistência indígena foi duramente aplacada. Maria Emília entende a posição do Rio Grande como uma fronteira estratégica, um espaço transitório para o avanço das tropas até o Maranhão, configurando a capitania do Rio Grande também como um espaço de apoio para estas tropas¹⁹.

Afastado o perigo estrangeiro, os primeiros jesuítas da capitania agenciaram o acordo de paz. Para tanto havia chegado na capitania mais um jesuíta mencionado na carta de Pero Rodrigues, padre Francisco Pinto. Este foi responsável por guiar o líder indígena Pau Seco até a cidade de Filipéia das Neves para selar com outros líderes e com os capitães mor o acordo

¹⁵ GALVÃO, Hélio. *História da Fortaleza do Rio Grande*. Rio de Janeiro: MEC: Conselho Federal e Cultura, 1979.

¹⁶ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Terra Natalense*. Natal: Fundação José Augusto, 1991. p. 13.

¹⁷ Notas explicativas do Auto de Repartição do Rio Grande. *Revista do IHGRN*, v.7, n.1 e 2, p. 86-89, 1909.

¹⁸ TAVARES DE LIRA, Augusto. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília, Natal: Fundação José Augusto, 1982.p. 14.

¹⁹ PORTO, Maria Emília M. *Op. cit* p. 67.

de paz²⁰. Os marcos materiais desse acordo eram representados pelas cruzes que foram erguidas ao sul do forte pelo padre Francisco Pinto, ao foram quatro delimitando um espaço que a partir do acordo era considerado cristão.

A preocupação com o controle da fé novo espaço está presente no relato dos padres que dirigindo-se aos superiores questionam a possibilidade de terem residências dirigidas por um Superior, ou seja, uma instituição que abrigasse os jesuítas dando-lhes o apoio material necessário sem precisar voltar para o Colégio de Olinda, para atender e controlar o interior da capitania e por haver a noção de que isolamento era nocivo à vida espiritual dos missionários. Isolar-se em aldeias era um ato perigoso do ponto de vista da assimilação cultural por parte dos missionários, a orientação que seguiam era de sempre andar com outros missionários e ao instalar-se em uma aldeia estarem em mínimo quatro, caso contrário deveriam associar a missão a outras com mais missionários²¹.

Nesse sentido, o padre Francisco Pinto defendia a construção de uma residência no Rio Grande e outra na Paraíba custeada pela Coroa²². De novo aqui está presente a noção do lugar que a capitania ocupava, pois apesar de englobar uma vasta região para poucos missionários circularem, o investimento nas missões estava atrelado a um tipo de valorização de um determinado espaço.

A Companhia de Jesus possuía diretrizes bem claras sobre o projeto missionário, detinha um *corpus* literário personificados nas *Constituições* e nos *Exercícios Espirituais* explicitando quem poderia ser um jesuíta e a conduta a ser seguida no trabalho. Além disso, os jesuítas recebiam novas orientações diretamente de Roma, seja cobrando alguma medida ou fiscalizando as ações dos missionários no Novo Mundo. Mas, mesmo com todo este aparato a realidade das colônias apresentava um conjunto de dificuldades para a propagação e manutenção da fé. É o caso, por exemplo, da resposta que o padre Pero Rodrigues enviou ao Padre General sobre as dificuldades de seguir as orientações recebidas na missão do Rio Grande, pois o número de missionários era reduzido, sofriam com as doenças, padeciam de melancolia e tudo isso representava um risco real para a própria fé do missionário²³.

Mesmo em meio às dificuldades, a atuação dos jesuítas foi decisiva para a conquista da capitania, eles foram os intermediários de um processo difícil de convivência com o outro

²⁰ “Carta do Provincial Pero Rodrigues ao Padre General Aquaviva. Bahia, 15 de dezembro de 1599.” In: *HCJB*, V, 183-185.

²¹ “Instruções do P. Aquaviva, De hua de 4 de Outubro de 1598”, *ARSI, Bras. 2*, 132 V.

²² “Carta do P. Francisco Pinto ao P. Geral Aquaviva sobre a Missão aos Potiguares do Rio Grande, deste Colégio de Pernambuco e de Janeiro 17 de 1600”. In: *HCJB*, V, 504-506.

²³ “Carta do Provincial Pero Rodrigues ao Padre General Claudio Aquaviva, Baía, 20 de Setembro de 1600”, *Bras. 3-I*, 194-194 V.

em um espaço marcado pela guerra. No entanto, essa convivência não foi pacífica nem mesmo para os jesuítas que em alguns momentos tiveram problemas com os colonos com relação à polêmica em torno do uso da mão de obra indígena. Outro aspecto a ser considerado é a coexistência do clero regular e secular na capitania que apresentam indícios de atrito nos primeiros anos de colonização como se verá adiante.

A Freguesia

A criação de uma freguesia ou paróquia na colônia criava por sua vez uma jurisdição eclesiástica administrada pelo padre vigário, constituindo assim um espaço religioso que fornecia assistência espiritual aos moradores por meio das missas, confissões e os santos sacramentos²⁴.

De acordo com Câmara Cascudo, a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação data do início do século XVII, mais precisamente abril de 1601, sendo o primeiro vigário o padre Gaspar Gonçalves da Rocha. Era subordinada ao Bispado de Salvador da Bahia, mas com a criação da Prelazia de Pernambuco por meio da Bula de 15 de julho de 1614 do Papa Paulo V, passou a ser subordinada a Pernambuco. Em 1624, no entanto, a Prelazia de Pernambuco passou a responder a Diocese de São Salvador da Bahia seguindo as orientações da Bula emitida pelo Papa Urbano VIII²⁵.

No entanto, a Relação de Ambrósio da Siqueira de 1605, consta que padre Gaspar Gonçalves da Rocha foi provido no dia 3 de fevereiro de 1598 e ocupou a freguesia a partir de junho do mesmo ano recebendo ordenado no valor de 200\$000²⁶. Ainda nesta relação consta o pagamento dos ofícios que eram exercidos na capitania e o valor recebido pelo padre vigário era o mesmo recebido pelo capitão mor, afinal estes eram os cargos mais importantes da capitania.

A carta do padre Pero Rodrigues ao padre General no ano de 1599, corrobora com a informação de que havia uma igreja na Cidade de Natal em 1598, pois o padre informou na

²⁴ Sobre a configuração espacial da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação ver mais em PAULA, Thiago do Nascimento Torres. *A construção da Paróquia: Espaço e participação na capitania do Rio Grande*. Rev. *Espacialidades* [online]. 2010, vol. 3, n. 2. Disponível em: <http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v3n2/thiago.pdf> Acesso em 12 de maio de 2015. Há também um estudo sobre a mesma paróquia no sentido de compreender à cristianização dos espaços baseado nas informações dos livros de batismo tendo como recorte temporal segunda metade do século XVII e primeira década do XVIII. Ver mais em COSTA, Renata Assunção da. *“Porta do Céu”*: o processo de cristianização da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714). (Dissertação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015. 179 p.

²⁵ A diocese de Olinda foi criada em 1676 pelo Papa Inocêncio IX. CASCUDO, Luís da Câmara. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1992. p. 21.

²⁶ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Op. cit.* p. 11.

sua carta ao padre General que neste ano houve a missa da Semana Santa e uma procissão a pedido do capitão mor que também fazia a segurança da igreja²⁷.

Para este período não há o conhecimento de fontes diocesanas. Sobre a atuação do clero secular na capitania, as cartas dos jesuítas apontam algumas questões como, por exemplo, a reclamação presente na carta “Relação das cousas do Rio Grande, do sítio e disposição da terra (1607)”²⁸ atribuída a Gaspar de Samperes. Nela, o religioso afirma que que os membros da Companhia tiveram que cumprir o ofício do vigário, pois não havia clérigo que quisesse se expor aos trabalhos com os índios. E ainda

...administrando os sacramentos à gente por não haver outros clérigos...porque estes índios sem os da Companhia não se tem por seguros, (...), que não tem estes pobres índios para o corporal nem para o espiritual outro remédio senão os da Companhia, porque os seculares não procuram senão derriçar neles não tendo capitão, nem quem os defenda, e assim diz o vigario que sem os da Companhia impossível é governar aquilo²⁹.

Este trecho demonstra que havia certo desconforto com relação a falta de cumprimento das obrigações do vigário da capitania que por sua vez reconhece a atuação exitosa dos jesuítas. Já em outros momentos como em 1613 é possível perceber uma aproximação entre o vigário e os jesuítas que se reuniram para celebrar a semana santa³⁰.

A freguesia de Nossa Senhora da Apresentação até 1633 possuía sua jurisdição eclesiástica em torno na Cidade do Natal e nos espaços que foram aos poucos alcançados pelos jesuítas em suas missões volantes e pelo padre vigário para a administração dos sacramentos. Era portanto, uma fronteira que se alargava para a propagação da fé cristã, pois a partir do momento em que os índios aceitavam a nova fé eles eram inseridos nessa espacialidade colonial construída a partir do consenso e colaboração com o projeto colonial.

Durante todo o século XVII, esta freguesia foi a única da capitania. A segunda data de 1726, freguesia de São João Batista na região do Assú³¹. Pelo exposto, a freguesia de Nossa

²⁷ “Carta do Provincial Pero Rodrigues ao Padre General Aquaviva. Bahia, 15 de dezembro de 1599.” In: *HCJB*, I, V. 183-185.

²⁸ *HCJB*, I, 557-559.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ “Relação de Pero de Castilho, 1614”, *HCJB*, V, 519.

³¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Op. cit.* p. 21

Senhora da Apresentação até o momento da ocupação holandesa foi o espaço de consolidação da conquista da capitania.

Fé e cabedais

O estabelecimento dos religiosos implicava na ocupação das terras da capitania para o exercício dos ofícios da fé e manutenção (sustento) dos padres. Assim, os religiosos também se inseriram na lógica de ocupação territorial a partir da doação das sesmarias que recebiam.

A doação de sesmarias foi um incentivo para atrair pessoas de outras capitanias para ocupar o imenso território, cultivar a terra e investir principalmente em cana-de-açúcar no início da colonização. A legislação sesmarial aplicada na colônia determinava a concessão de terras para pessoas que pudessem povoar e cultivar a terra em determinado período de tempo. No entanto, ocorreram alguns abusos cometidos por doadores e sesmeiros no que tange ao uso da terra. O caso da capitania do Rio Grande não foi diferente e um dos problemas encontrados envolvia as terras da Companhia de Jesus.

O Auto de Repartição das Terras do Rio Grande consiste no levantamento das 186 sesmarias doadas na capitania de 1600 a 1614, em sua maioria, as doações possuem as seguintes informações no documento: data de doação, nome do sesmeiro, nome da autoridade que fez a doação, localização da terra, características da terra, existência de escravos e gado.

A elaboração deste levantamento é resultado de uma averiguação e repartição das terras feita por Alexandre de Moura, capitão-mor de Pernambuco no período, pelo ouvidor-geral Manuel Pinto da Rocha e pelo desembargador Afonso Garcia Tinoco, por ordem do rei Felipe III (1598-1621) por meio da provisão real de 12 de setembro de 1612³².

Na provisão constavam reclamações do rei, que, informado por meio de denúncia, de não se sabe quem, foi informado que alguns moradores da capitania não estavam cumprindo com o dever de cultivar a terra recebida por doação, ocasionando assim prejuízos para a fazenda real tendo em vista o pagamento do dízimo sobre a terra.

De modo mais específico, o rei considerou exorbitante a quantidade de terras doadas pelo capitão mor Jerônimo de Albuquerque (1603-1610) aos seus filhos Matias e Antônio Albuquerque, que segundo a denúncia, não cumpriram com a obrigação de cultivar as terras. Desse modo, o rei mandou que se dividissem pela metade estas terras e que a outra metade fosse repartida entre pessoas que pudessem cumprir com a obrigação de cultivá-las.

³² Provisão de Sua Magestade pelo Conselho das Índias sobre a repartição das terras do Rio Grande. *Revista do IHGRN*, v.7, n. 1 e 2, p. 5-131, 1909.

Ainda sobre as denúncias, o rei foi informado que os religiosos da Companhia de Jesus receberam 10 léguas de terra, nas quais somente fizeram dois currais de gado. Cabe salientar que a regulamentação jurídica baseada no Código Filipino, Título XI, permitia que religiosos possuíssem bens de raiz e fossem isentos do pagamento de tributos. No entanto, esta isenção era permitida somente para bens de raiz que garantissem apenas o sustento dos religiosos³³. A quantidade de terras que a Companhia de Jesus recebeu no Rio Grande extrapolava o sustento deles, 10 léguas de terra para manter dois currais de gado sem o pagamento de tributos representava um prejuízo considerável para a Fazenda Real. Os padres ainda receberam mais quatro doações neste período.

Assim, o rei ordenava que se reduzissem imediatamente as terras dos padres da Companhia e dos filhos de Jerônimo de Albuquerque e de todos aqueles que tivessem quantidade exorbitante de terras e não as tiverem cultivado devidamente. No entanto, o rei ainda se mostrou benevolente para com as pessoas que fizeram benfeitorias mesmo que fora do tempo determinado, permitindo que elas ficassem com as terras. Tal atitude não foi levada em consideração para o caso dos alvos da denúncia.

Abaixo está a tabela das doações realizadas na capitania de 1600 a 1614, essas informações são importantes para compreender o desenrolar da investigação comandada por Alexandre de Moura:

Tabela 1: **Doações por autoridades**

| Autoridades | Nº. de doações feitas |
|--|------------------------------|
| Manuel Mascarenhas Homem (cap. mor da conquista) (1600) | 2 |
| Cap. mor João Rodrigues Collaço (1600-1603) | 54 |
| Cap. mor Jerônimo de Albuquerque (1603-1610) | 108 |
| Cap. mor Lourenço Peixoto Cirne (1610-1611) | 8 |
| Cap. mor Francisco Caldeira de Castello Branco (1613-1614) | 12 |
| Dom Diogo (Governador Geral) (1608-1612) | 1 |

³³ CÓDIGO Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. Livro II, Título XI, P. 430-1

| | |
|--|------------|
| Gaspar de Souza (Governador Geral) (1613-1617) | 1 |
| Total | 186 |

Como consta na tabela, o capitão mor que ficou mais tempo no exercício do poder na capitania foi Jerônimo de Albuquerque e doou de longe o maior número de sesmarias no Rio Grande. No documento, o chefe da diligência explica que o capitão mor em exercício no momento da averiguação era Francisco Caldeira de Castello Branco. O mesmo alegou que não poderia ser o informante da diligência para fiscalizar as terras, pois ele havia acabado de chegar na capitania, estava no posto há seis meses, e não tinha condições de ajudar com as informações. Mas, delegou a função de informante para o padre vigário Gaspar Gonçalves da Rocha e Manuel Rodrigues, os dois moradores mais antigos da capitania.

Convinha realmente contar com a colaboração do padre vigário tendo em vista que sua função exigia deslocamento constante para visitar as aldeias e os moradores, ele conhecia aquele espaço. A diligência contou ainda com a ajuda do mestre de engenho Jerônimo Matheus, morador da Paraíba, Manoel Fernandes e Domingos Martins, moradores antigos do Rio Grande, que foram analisar as condições das terras da Companhia de Jesus e dos filhos de Jerônimo de Albuquerque para verificar o potencial das terras e águas para o cultivo de cana de açúcar. De acordo com o levantamento a Companhia possuía as seguintes sesmarias:

Tabela 3: Sesmarias doadas a Companhia de Jesus

| Autoridade | Ano | Extensão da terra |
|-------------------------------------|------------|--|
| 1. Cap. mor João Rodrigues Collaço | 1600 | 1 légua e meia de comprimento por 1 légua de largura |
| 2. Cap. mor João Rodrigues Collaço | 1600 | Chãos no sítio da cidade |
| 3. Cap. mor João Rodrigues Collaço | 1601 | Meia légua em quadra |
| 4. Cap. mor Jerônimo de Albuquerque | 1603 | Chãos no sítio da cidade |
| 5. Cap. mor Jerônimo de Albuquerque | 1603 | 1 légua e meia de comprimento por 1 légua de largura |
| 6. Cap. mor Jerônimo de Albuquerque | 1604 | 14 léguas |
| 7. Cap. mor Jerônimo de Albuquerque | - | Mais 500 braças |

As doações de número 4, 5, e 7 correspondem às mesma terras doadas pelo capitão João Rodrigues Colaço, mas os padres pediram aumento das terras a partir de 1603 com a nomeação de Jerônimo de Albuquerque como novo capitão mor. Os chãos no sítio da cidade correspondem ao local onde os padres construíram uma casa de taipa, as outras terras foram avaliadas e constatou-se que eram de boa qualidade para plantar, mas não possuía madeiras reais para a fabricação das principais peças para construção de um engenho³⁴. Talvez por esta dificuldade os padres tenham apenas investido no cultivo de mantimentos e criação de gado, os padres tinham ainda éguas e 4 escravos da Guiné. Os padres da Companhia constituíram um cabedal significativo em pouco mais de 15 anos de atuação na capitania.

O padre vigário também recebeu sesmarias como se vê na tabela abaixo:

Tabela 3: **Sesmarias doadas ao padre vigário Gaspar Gonçalves da Rocha**

| Autoridade | Ano | Extensão da terra |
|-------------------------------------|------------|---|
| 1. Cap. mor João Rodrigues Colaço | 1601 | 2.000 braças em quadra |
| 2. Cap. mor João Rodrigues Colaço | 1601 | Chãos no sítio da cidade |
| 3. Cap. mor João Rodrigues Colaço | 1601 | 1.000 braças em quadra |
| 4. Cap. mor João Rodrigues Colaço | 1603 | 1.500 braças de comprimento e 500 braças de largura |
| 5. Cap. mor Jerônimo de Albuquerque | 1604 | 300 braças em quadra |

Nos anos correspondentes ao exercício do capitão mor João Rodrigues Colaço, o padre vigário que já estava na capitania desde 1598, foi beneficiado com três sesmarias e mais duas doadas por Jerônimo de Albuquerque. Consta ainda no Auto de Repartição que o vigário comprou a primeira sesmaria doada na capitania, eram 2.500 braças de terra que havia sido doada a João Rodrigues Colaço em 1600 pelo capitão da expedição conquistadora, Manuel Mascarenhas Homem. Comparando as duas tabelas, da Companhia e do padre vigário, houve um maior beneficiamento da Companhia por parte de Jerônimo de Albuquerque que aumentou a extensão das terras da dos jesuítas e ainda concedeu a sesmaria mais extensa da capitania com 14 léguas.

É importante salientar que a doação deveria ser de acordo com as reais possibilidades de cultivo do sesmeiro. Nas Ordenações Filipinas não existia nenhuma referência sobre a

³⁴ Auto de Repartição das Terras do Rio Grande. *Revista do IHGRN*, v.7, n. 1 e 2, p. 78-79, 1909.

extensão das terras³⁵. Mesmo com esta indicação, muitos sesmeiros possuíam quantidade de terra acima das suas condições de cultivo, deixando-as sem proveito. Para a Coroa, este procedimento gerava prejuízos para a Fazenda Real, já que os sesmeiros pagavam o dízimo sobre a terra recebida. Se eles não produziam nada, não tinham como pagar o imposto e não existia a razão de ser da sesmaria. Os jesuítas eram isentos do pagamento do dízimo, mas pagavam tributos referentes ao desenvolvimento dos negócios envolvendo produtos ou bens de raíz e de acordo com o Título XVIII das Ordenações Filipinas, as ordens religiosas e igrejas poderiam possuir bens móveis somente com licença régia³⁶. Isso demonstra o interesse da Coroa em manter o controle sobre os bens dos religiosos. O Auto de Repartição em certa medida é sintomático disto. Por razões que não se as quais, a Companhia de Jesus manteve um conjunto extenso de sesmarias que em tese ultrapassavam suas necessidades tendo em vista que não havia nenhuma produção proeminente nas terras, apenas gado e algumas plantações de mantimentos.

O fato de possuírem escravos da guiné também é uma questão interessante, pois o padre general Claudio Aquaviva proibia a posse de escravos pelos padres³⁷. Mas essa era uma polêmica insuperável nos altos escalões da Companhia de Jesus, pois alguns padres gerais concordavam com a escravização dos africanos. Já a escravidão indígena era combatida pelos jesuítas e com a lei de 1609 que proibia a escravidão indígena, os jesuítas ficaram responsáveis pela catequese e direção temporal dos aldeamentos³⁸.

Sobre a denúncia do Auto de Repartição, os filhos do capitão mor Jerônimo de Albuquerque haviam recebido 5.000 braças de terra no sul da capitania e supostamente não teriam aproveitado a terra. No entanto, após a visita do mestre de engenho Jerônimo Matheus, constatou-se que nas terras da família Albuquerque estava funcionando aquele foi o maior engenho da capitania do Rio Grande durante muitos anos, o Engenho Cunhaú. A comitiva atestou que a terra estava cultivada e o engenho em pleno funcionamento³⁹. Somente em 1628, a Coroa reconsiderou a decisão da provisão real de 1612 e confirmou integralmente a

³⁵ A delimitação das terras foi imposta somente no final do século XVII por meio da Ordem Régia de 27 de dezembro de 1697 de D. Pedro I. Ver mais em ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das Capitanias do Norte do Estado do Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 28, no 56, p. 247-263, julho-dezembro 2015. p. 249.

³⁶ ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; MORAIS, Ana Lunara da Silva. *Nada mais que o necessário para acriação de quatro vacas e quatro cavalos: estratégias de moradores da capitania do Rio Grande para tomar as terras da Companhia de Jesus*. In: MACEDO, Helder Alexandre de; SANTOS, Rosenilson da Silva. (Orgs.). João Pessoa: Ideia; Natal: Edufrn, 2013. p. 49.

³⁷ PORTO, Maria Emilia M. *Op. cit.* p. 59.

³⁸ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande*. Edição especial para o acervo virtual Oswaldo Lamartine de Faria, 1997. p. 332.

³⁹ Auto de Repartição das Terras do Rio Grande. *Revista do IHGRN*, v.7, n. 1 e 2, p. 80-81, 1909.

primeira doação, desfazendo a divisão que fora feita nas terras dos filhos de Jerônimo de Albuquerque⁴⁰.

A denúncia então era infundada. Quem teria recorrido ao rei para fazer tal denúncia? Que conflitos de interesse estavam envolvidos nessa querela? Um hipótese plausível aponta para o padre vigário Gaspar Gonçalves da Rocha, pois no tempo do governo de Jerônimo de Albuquerque o mesmo não teria tão beneficiado como foi no governo de João Rodrigues Colaço e comparando com as doações da Companhia de Jesus, pode-se pensar em um possível conflito entre o clero secular e o clero regular. Esta é uma hipótese que precisa ser melhor desenvolvida no sentido de verificar os trâmites que deveriam ser seguidos para que uma denúncia chegasse até o rei.

Os homens de fé e agentes da conquista foram esses sujeitos que contribuíram de forma significativa para a consolidação da colonização enfrentando todo tipo de desafio que a colônia impunha á suas populações tanto aos que vinham Velho Mundo quanto dos que aqui foram obrigados a encontrar uma nova forma de viver, com uma nova fé.

Referências

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; MORAIS, Ana Lunara da Silva. *Nada mais que o necessário para a criação de quatro vacas e quatro cavalos: estratégias de moradores da capitania do Rio Grande para tomar as terras da Companhia de Jesus*. In: MACEDO, Helder Alexandre de; SANTOS, Rosenilson da Silva. (Orgs.). João Pessoa: Ideia; Natal: Edufrn, 2013. p. 49.

BATISTA, Adriel Fontenele. *O sumário das armadas: guerras, missões e estratégias discursivas na conquista do rio Paraíba*. Natal: EDUFRN, 2013.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 3; ed. Natal, RN: IHGRN, 1999. (Natal 400 anos, v. 1).

_____. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1992.

GALVÃO, Hélio. *História da Fortaleza do Rio Grande*. Rio de Janeiro: MEC: Conselho Federal e Cultura, 1979.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo I, Livro V. cap. V. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 183-184.

LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande*. Edição especial para o acervo virtual Oswaldo Lamartine de Faria, 1997.

⁴⁰ TAVARES DE LIRA, Augusto. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília, Natal: Fundação José Augusto, 1982.

MARQUES, Guida. O Estado do Brasil na União Ibérica. In: *Penélope. Fazer e desfazer história*. Nº. 27, 2002.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Terra Natalense*. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 20003.

PORTO, Maria Emília M. *Jesuítas na Capitania do Rio Grande, séculos XVI e XVIII: Arcaicos e Modernos*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2000.

TAVARES DE LIRA, Augusto. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília, Natal: Fundação José Augusto, 1982.